



Faculdade Anísio Teixeira de Feira de Santana

Autorizada pela Portaria Ministerial nº 552 de 22 de março de 2001 e publicada no Diário Oficial da União de 26 de março de 2001.
Endereço: Rua Juracy Magalhães, 222 – Ponto Central - CEP 44.032-620
Telefax: (75) 3616-9466 - Feira de Santana-Bahia
Site: www.fat.edu.br E-mail: fat@fat.edu.br
CGC: 01.149.432/0001-21

PROGRAMA DE DISCIPLINA

CURSO	ANO / SEMESTRE LETIVO
DIREITO	
CÓDIGO	DISCIPLINA
DIR228	DIREITO ADMINISTRATIVO II
CARGA HORÁRIA	SEMESTRE DE OFERTA
72h	6º

EMENTA

Domínio público. Serviços públicos. Atividades administrativas de ordenamento econômico, social e de fomento público. Controle da atividade administrativa. Licitação. Contratos Administrativos. Responsabilidade Patrimonial da Administração Pública. Controle dos Atos da Administração Pública. Improbidade Administrativa.

OBJETIVOS

Conceituar e classificar os agentes públicos no âmbito de suas diversas atividades realizadas pelo Estado, inclusive na proteção do chamado domínio público, explicitar as atividades administrativas de ordenamento econômico, social e de fomento público, ou seja, a intervenção do Estado na economia e na sociedade e seus limites, apontando ainda, os conhecimentos básicos do sistema de controle dos atos da Administração Pública pelo próprio Estado, pelo Legislativo, sociedade e pelo judiciário, tratar dos contratos administrativos os princípios aplicáveis, as suas cláusulas as alterações dos contratuais, valores e formas inexecução, rescisão indenizações e outros elementos, discorrer sobre o tratamento constituição das licitações e a Lei 8.666/93, os princípios aplicáveis, as fases do procedimento licitatório, as modalidades de licitações e impugnações e recursos e ainda discorrer sobre a lei de licitações 9.433/2005 do Estado da Bahia e suas peculiaridades, expor o conceito e as características do serviço público no sistema administrativo brasileiro, debatendo o modelo de supremacia do interesse público e por fim, compreender o a evolução histórica e as teorias sobre a culpa, destacando inclusive a atual delimitação da responsabilidade do Estado.

PERFIL DO EGRESSO

O perfil do profissional do Direito almejado pela Faculdade Anísio Teixeira é o de um Profissional com percepção ampla da realidade jurídico-política e social; partindo, para tanto, de elementos epistemológicos fundamentais que permitam uma visão integral do homem, da sociedade e do mundo; onde o Direito seja entendido como parte integrante de um sistema complexo que constitui o mundo contemporâneo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Unidade I – **BENS PÚBLICOS**

1. Conceito e classificação
2. Características
3. Bens públicos em espécie
4. Usos do bem público pelo particular

Unidade II - **SERVIÇOS PÚBLICOS**

1. Elementos constitutivos
2. Princípios Aplicáveis
3. Classificação
4. Formas de prestação
5. Delegação.

Unidade III – **RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL DO ESTADO**

1. Evolução histórica da Responsabilidade do Estado.
2. Teoria da culpa do serviço
3. Teoria do Risco
4. Responsabilidade do Estado no Direito brasileiro.
5. Responsabilidade por atos comissivos e omissivos
6. Excludentes de responsabilidade
7. Direito de Regresso

Unidade IV – **ATOS ADMINISTRATIVOS E CONTROLES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.**

1. Conceito. Ato administrativo e ato da administração. Visão objetiva (funcional ou material) e visão subjetiva (orgânica e formal)
2. Atributos e elementos

3. Atos discricionários e atos vinculados. Diferenças. Características. Legalidade e mérito dos atos administrativos. Limites da discricionariedade.
4. Atos administrativos em espécies (Decretos, Resoluções, Instruções, Circulares, Portarias, Ordens de Serviço, Provimentos, Avisos, Alvarás Ofícios, Pareceres, Certidões, Atestados, Declarações, Despachos, Licença, Permissão, Autorização, Admissão, Aprovação, Homologação e Visto)
5. Extinção dos atos administrativos
6. Vícios dos atos administrativos
7. Nulidade absoluta e nulidade relativa dos atos administrativos. Convalidação. Revogação
8. Controle Administrativo e procedimentos
9. Controle legislativo
10. Controle Judicial.
11. Lei de Improbidade Administrativa

Unidade V - **CONTRATOS ADMINISTRATIVOS**

1. Conceito. Natureza jurídica. Contrato administrativo e contrato da administração
2. Características
3. Cláusulas exorbitantes. Garantia. Alteração, rescisão e fiscalização unilaterais. Penalidades. Retomada do objeto. Encampação. Restrição à *exceptio non adimpleti contractus*
4. Áreas contratuais. Área ordinária ou empresarial. Alteração unilateral. Fato do príncipe. Fato da administração. Área econômica. A teoria da imprevisão e sua aplicação aos contratos administrativos. Aplicação da cláusula *rebus sic stantibus*
5. Principais contratos administrativos, seus conceitos e características. Contrato de concessão. Contrato de concessão de serviço público. Contrato de concessão de obra pública e serviço público. Contrato de obra pública. Contrato de prestação de serviço. Contrato de gestão. Convênio. Consórcio administrativo

Unidade VI – **LICITAÇÃO**

1. Conceito. Tratamento constitucional
2. Princípios. Legalidade. Publicidade. Igualdade. Impessoalidade. Sigilo das propostas. Julgamento objetivo. Vinculação ao edital. Adjudicação compulsória.
3. Alcance da Lei de Licitações: a contratação direta. Licitação dispensável. Licitação inexigível
4. Modalidades de licitação. Concorrência. Tomada de preços. Convite. Leilão.

5. Fases do processo licitatório. Avaliação técnica. Autorização. Edital. Habilitação. O certificado de registro cadastral e sua importância. Classificação. Julgamento. Homologação. Adjudicação
6. Anulação e revogação da licitação
7. A lei licitações 9.433/2005 do Estado da Bahia e suas peculiaridades.
8. Recursos administrativos da Lei 8.666/93
9. Novos instrumentos: Pregão. Pregão eletrônico. Parceria Público-Privada

Unidade VII – **INTERVENÇÃO DO ESTADO NO DOMÍNIO ECONÔMICO**

1. Natureza e fundamento jurídico
2. Princípios Constitucionais da atuação do Estado no domínio econômico e social
3. Espécie de intervenção.

Mecanismos. Monopólio. Repressão ao abuso do poder econômico. O Sistema Brasileiro de defesa da Concorrência.

METODOLOGIA

A disciplina será desenvolvida por meio de aulas expositivas complementadas com debates. Os alunos deverão ler os capítulos sugeridos e eventuais leituras complementares previamente à aula para discuti-los no dia acordado, bem como para facilitar o acompanhamento das aulas expositivas. Serão realizados, ainda, estudos dirigidos com produção de pequenos textos, com o objetivo de levá-los a exercitar a lógica, a crítica, e a compreensão. Será também realizado um seminário cuja temática será escolhida pelo professor dentre as unidades da disciplina, a partir de critérios objetivos de escolha do tema, execução e avaliação.

RECURSOS

Utilização do quadro negro pelo professor e outros recursos de multimídia eventualmente utilizados pelos alunos quando da apresentação dos trabalhos.

AVALIAÇÃO

A avaliação será feita através de conceitos, aproveitando-se todas as atividades desenvolvidas pelo aluno durante o semestre (provas; trabalhos individuais ou grupais; exercícios em sala de aula ou fora dela; participação do aluno nas discussões desencadeadas na sala de aula; interesse do aluno nas variadas atividades propostas; assiduidade e disciplina) que se somarão as notas adequando-se às normas institucionais que prescrevem três avaliações por semestre.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro; Lumen Juris.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas.

MELLO, Celso Antônio Bandeira. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BARROS, Wellington Pacheco, Licitações e Contratos Administrativos. São Paulo, Editora Atlas.

CUNHA JÚNIOR, Dirley da. Curso de Direito Administrativo. Salvador: Edições Jus Podivm.

AZEVEDO, Eurico de Andrade; ALENCAR, Maria Lúcia Mazzei de. Concessão de serviços públicos. São Paulo: Malheiros.

BAZILLI, Roberto Ribeiro e MIRANDA, Julien Miranda. Licitação à luz do Direito Positivo. São Paulo: Malheiros.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. Contratação Direta sem Licitação: Modalidades, dispensa e inexigibilidade de licitação. Brasília. Brasília Jurídica.

COLEGIADO DO CURSO DE DIREITO